



gto
J

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0024769-41.2011.8.17.0001 (0304277-3)

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: EMMANUEL BECKER TORRES
AGRAVADO: WILSON PAULINO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO: DEISE BORBA BELCHIOR (OAB/PE 20690)
RELATOR: DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. RESERVA REMUNERADA. GUARDA PATRIMONIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. LEI ESTADUAL Nº 11.116/94. DESIGNAÇÃO PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SEGURANÇA PATRIMONIAL. EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SEGURANÇA DE AUTORIDADE. DESVIO DE FUNÇÃO. DIREITO ÀS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. SÚMULA Nº 378 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Os agravados, militares estaduais da reserva remunerada, foram designados para o exercício da função de agente de segurança patrimonial no âmbito da Guarda Patrimonial do Estado de Pernambuco, na forma prevista pela Lei Estadual nº 11.116/94. Posteriormente, foram elevados à função de segurança de autoridade, por força da Portaria nº 22, de 12 de janeiro de 2009, editada pelo Comandante Geral da polícia Militar, cujos efeitos financeiros retroagiram a dezembro de 2008.

2. Ocorre que, conforme certidões emitidas pela Gerência de Recursos Humanos da Secretaria da Casa Militar, os agravados exerceram atribuições próprias da função de segurança de autoridade desde o seu ingresso na Guarda Patrimonial.

3. Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças remuneratórias decorrentes (Sumula nº 378 do STJ).

27/1

4. Correta a condenação do Estado de Pernambuco ao pagamento das diferenças remuneratórias apuradas entre o ingresso dos agravados na Guarda Patrimonial, informado nas certidões acostadas aos autos, e o mês de novembro de 2008, corrigidas monetariamente e acrescidas dos juros de mora.

5. Por decisão unânime, negou-se provimento ao agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao agravo, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 27. MAIO. 2014


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



gtr
dr

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0024769-41.2011.8.17.0001 (0304277-3)

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: EMMANUEL BECKER TORRES
AGRAVADO: WILSON PAULINO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO: DEISE BORBA BELCHIOR (OAB/PE 20690)
RELATOR: DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Cuida-se de AGRAVO interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO contra decisão desta relatoria que, nos autos da apelação manejada por WILSON PAULINO DA SILVA E OUTROS - militares estaduais da reserva remunerada designados para a Guarda Patrimonial -, reformou parcialmente a sentença proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, de modo a julgar procedente o pedido de pagamento de diferenças remuneratórias formulado pelos autores/apelantes, mantida, contudo, a improcedência do pedido de indenização por danos morais.

2. A decisão agravada (fls. 251/254) reconheceu o desvio de função dos apelantes/agravados, uma vez que, apesar de designados como agentes de segurança patrimonial, atuaram como seguranças de autoridade desde o seu ingresso na Guarda Patrimonial. Por conseguinte, com fundamento na Súmula nº 378 do Superior Tribunal de Justiça, o Estado de Pernambuco foi condenado ao pagamento das diferenças remuneratórias devidas desde os respectivos atos de designação para a Guarda Patrimonial até novembro de 2008, mês imediatamente anterior àquele alcançado pelos efeitos financeiros da Portaria nº 22, de 12 de janeiro de 2009, do Comando Geral da Polícia Militar, que elevou oficialmente os apelantes/agravados à função de segurança de autoridade.

3. Em suas razões recursais, o Estado de Pernambuco alega que os apelantes/agravados exerceram a função de agente de segurança patrimonial no período reclamado e afirma que a elevação à categoria de segurança de autoridade

9x3 ✓

somente ocorreu com a edição da Portaria CGPMPE nº 22/09, cujos efeitos financeiros retroagiram ao mês imediatamente anterior (dez/08). Assegura, ainda, que os demandantes perceberam a remuneração correspondente às funções exercidas em cada período, conforme valores estabelecidos na Lei Complementar Estadual nº 111/08. Por fim, questiona o valor probatório das certidões acostadas com a inicial da ação de cobrança, ao argumento de que a designação para a função de segurança de autoridade é ato formal que depende da edição de portaria do Comando Geral da Polícia Militar.

É o relatório.

Dispensada a inclusão do feito na pauta de julgamentos da 1ª Câmara de Direito Público, por expressa disposição legal (art. 557, §1º, do CPC).

Recife, 27. MAIO. 2014


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



274
P

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0024769-41.2011.8.17.0001 (0304277-3)

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: EMMANUEL BECKER TORRES
AGRAVADO: WILSON PAULINO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO: DEISE BORBA BELCHIOR (OAB/PE 20690)
RELATOR: DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

1. Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira (Relator): O cerne da controvérsia recursal cinge-se à caracterização do desvio de função, visto que do seu reconhecimento decorre, necessariamente, a obrigação de pagamento das diferenças remuneratórias, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

Súmula nº 378. Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes.

2. Os apelantes/agravados, militares estaduais da reserva remunerada, foram designados para o exercício da função de agente de segurança patrimonial, no âmbito da Guarda Patrimonial do Estado de Pernambuco, nos termos da Lei Estadual nº 11.116/94. Posteriormente, por força da Portaria nº 22, de 12 de janeiro de 2008, editada pelo Comandante Geral da Polícia Militar, foram elevados à categoria de segurança de autoridade, passando a perceber a remuneração correspondente, fixada pela Lei Complementar Estadual nº 111, de 3 de junho de 2008.

3. Ocorre que, conforme certidões emitidas pela Gerência de Recursos Humanos da Secretaria da Casa Militar (fls. 16, 30, 44, 57, 71, 85, 99, 113, 126, 140, 154 e 167), acostadas com a inicial da ação de cobrança, os apelantes/agravados exerceram as atribuições próprias da função de segurança de autoridade desde o seu ingresso na Guarda Patrimonial.

4. Nessa contextura, é de se entender que o desvio de função, situação de fato por excelência, encontra-se devidamente demonstrado pela prova documental acostada aos autos.

Saliente-se que a decisão agravada não promoveu o reenquadramento retroativo dos apelantes/agravados, apenas lhes assegurou o reflexo remuneratório da ilegal exploração de seu trabalho pela Administração Pública, dando concretude ao princípio que veda o enriquecimento sem causa do Estado.

5. Posto isso, com fundamento na Súmula nº 378 do STJ, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo, de modo a manter a decisão atacada, condenando o Estado de Pernambuco ao pagamento das diferenças remuneratórias apuradas entre o ingresso dos apelantes/agravados na Guarda Patrimonial, informado nas certidões acostadas aos autos, e o mês de novembro de 2008.

Os valores apurados deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC, da data dos pagamentos feitos a menor até o dia 29/06/2009 - véspera da publicação da Lei Federal nº 11.960/09, que alterou a redação do artigo 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97 (REsp 505472/RS, 5ª Turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado em 19.04.2007, DJ de 14.05.2007 p. 366) - e, daí em diante, pelo IPCA - conforme entendimento adotado pelo STJ após a declaração de inconstitucionalidade parcial do artigo 5º da Lei Federal nº 11.960/09 pelo STF, no bojo da ADI nº 4.357/DF (REsp 1.270.439/PR, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 2/8/2013).

Os juros de mora deverão incidir sobre o montante da condenação, a partir da citação do Estado de Pernambuco (07/07/2011), nos termos dos artigos 219 do CPC e 405 do CC/02 (REsp 1356120/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 14/08/2013, DJe 30/08/2013), utilizando-se a mesma taxa aplicada à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/09).

Por fim, caracterizada a sucumbência recíproca, uma vez que apenas o pedido de pagamento das diferenças remuneratórias foi provido, restando vencidos os autores/apelantes quanto ao pleito de indenização por danos morais, determino a repartição equitativa do ônus da sucumbência, compensando-se, ademais, os honorários advocatícios, na forma do artigo 21 do Código de Processo Civil.

É como voto.

Recife, 27.MAIO.2014


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator